

São Paulo, 5 de novembro de 2021.

Ao  
Ministério da Economia - ME  
Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais - SECINT  
Secretaria de Comércio Exterior - SECEX  
Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público - SDCOM

A/C: Sra. Amanda Athayde Linhares Martins Rivera - Subsecretária da SDCOM  
[art109@mdic.gov.br](mailto:art109@mdic.gov.br)

Ref.: Consulta Pública sobre a minuta da Portaria SECEX que estabelece critérios para a suspensão de direitos antidumping com base no art. 109 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, tornada pública por meio da Circular SECEX nº 29, de 24 de abril de 2020 e prorrogada pela Circular SECEX nº 41, de junho de 2020.

Prezados Senhores,

Em resposta à consulta pública em referência, para apresentação de sugestões de alteração da Portaria SECEX que estabelece critérios para a suspensão de direitos antidumping com base no art. 109 do Decreto nº 8.058, vimos, muito respeitosamente, apresentar a V.Sas. nossas humildes contribuições.

Segue anexo a esta carta o documento com as recomendações em formato de texto legal, a fim de facilitar o entendimento dos pontos por esta SECEX. Ademais, foram incluídos voluntariamente, além das sugestões, comentários referentes aos motivos pelos quais cada alteração deveria ser feita.

Reiteramos o compromisso da **UNO** em participar de maneira colaborativa com a melhoria do arcabouço normativo brasileiro de defesa comercial, agradecendo a oportunidade de debate tão enriquecedor e democrático.

Cordialmente,

Roberto Kanitz

Gisela Sarmet

Mariana Barros

Letícia Prado

Ricardo Barnabé

Luan Simião

Nova Portaria sobre o art. 109 do Decreto nº 8.058, de 2013

Decreto nº 8.058/2013:

Art. 109. Em situações em que houver dúvidas quanto à provável evolução futura das importações do produto objeto de direito antidumping, o DECOM poderá recomendar a prorrogação do direito com a imediata suspensão de sua aplicação.

Parágrafo único. A cobrança do direito será imediatamente retomada caso o aumento das importações ocorrer em volume que possa levar à retomada do dano.

**Minuta de portaria SECEX para Consulta Pública (2020)**

MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS  
INTERNACIONAIS SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

PORTARIA Nº , DE DE DE 2020.

Estabelece critérios para a suspensão de direitos antidumping com base no art. 109 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013.

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 91 do Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019, e com fundamento no art. 195 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, decide:

CAPÍTULO I  
DAS INFORMAÇÕES GERAIS

Art. 1º A Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público poderá recomendar a prorrogação de direito antidumping com a imediata suspensão de sua aplicação quando houver dúvidas quanto à provável evolução futura das importações do produto objeto de direito antidumping.

*Comentário UNO: pela redação do art. 1º, não resta claro se a imediata suspensão da aplicação do direito antidumping prorrogado se dará, sempre, exclusivamente para a origem como um todo. Neste sentido, tanto se sugere, quanto solicita-se, a inserção de trecho que permita a suspensão específica a um produtor/exportador cujas importações sejam objeto de dúvidas quanto à provável evolução futura.*

§1º A hipótese mencionada no caput somente será considerada quando, em uma revisão de final de período, for determinado que a extinção do direito antidumping levará muito provavelmente à retomada do dano causado pelas importações da(s) origem(ns) sujeita(s) ao direito antidumping.

§2º. A hipótese mencionada no caput não será considerada quando, em uma revisão de final de período, for determinado que a extinção do direito antidumping levará muito provavelmente à continuação do dano causado pelas importações da(s) origem(ns) sujeita(s) ao direito antidumping.

## CAPÍTULO II DOS FATORES PARA A RECOMENDAÇÃO DA SUSPENSÃO

Art. 2º Os seguintes fatores, **em conjunto ou isoladamente**, poderão ensejar a recomendação da Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público de prorrogação de direito antidumping com a imediata suspensão de sua aplicação:

*Comentário UNO: Sugerimos a inserção da oração “em conjunto ou isoladamente”, a fim de que reste claro que a recomendação pela suspensão do direito antidumping, nos termos do art. 109 do Decreto nº 8.058/2013, não depende estritamente da observação conjunta nos fatores postos nos incisos infracolocados.*

I - o preço provável das importações objeto de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro;

II - o desempenho dos produtores ou exportadores no tocante a produção, utilização da capacidade instalada, estoques, volume de vendas e exportações;

III – alterações nas condições de mercado, tanto do país exportador quanto em outros países, incluindo alterações na oferta e na demanda pelo produto, nos preços e na participação do produtor ou exportador no mercado do país exportador.

Art. 3º Na análise dos fatores previstos no art. 2º, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público considerará:

I - na hipótese do inciso I do art. 2º, entre outros, se a análise do preço provável permite uma determinação conclusiva sobre:

- a) o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro;  
e/ou
- b) a provável competição com as demais origens que exportaram para o mercado brasileiro durante o período da revisão.

*Comentário UNO: Sugerimos a inserção da conjunção “/ou” no final da alínea “a” do inciso I do art. 3º. Essa alteração é desejável pois afasta o caráter condicional das orações contidas nas alíneas “a” e “b” do referido inciso, que impõe à SDCOM a análise do preço provável de exportação tanto em relação ao (i) preço do produto similar fabricado pela indústria doméstica, quanto em relação à (ii) competição com demais origens não investigadas. Entendemos que quaisquer conclusões resultantes de uma análise comparativa entre o preço provável de exportação das importações investigadas e àquele de origens não investigadas (alínea “b”), não podem importar – e muito menos ser uma condição – à análise do efeito do preço provável de importação e seu efeito sobre os preços da indústria doméstica.*

II - na hipótese do inciso II do art. 2º, entre outros, se a análise do desempenho dos produtores ou exportadores permite uma determinação conclusiva sobre os seguintes indicadores:

- a) o volume de produção da origem investigada, em termos absolutos e em relação ao mercado brasileiro e à produção nacional;
- b) a existência de capacidade ociosa na origem investigada, em termos absolutos e em relação ao mercado brasileiro e à produção nacional;
- c) a existência de estoques na origem investigada, em termos absolutos e em relação à sua produção, ao mercado brasileiro e à produção nacional brasileira;

- d) o volume de vendas da origem investigada, em termos absolutos e em relação à sua produção, ao mercado brasileiro e à produção nacional brasileira; e
- e) as exportações da origem investigada, em termos absolutos e em relação à sua produção, ao mercado brasileiro e à produção nacional brasileira .

III - na hipótese do inciso III do art. 2º, entre outros, se a análise das alterações nas condições de mercado permite uma determinação conclusiva sobre:

- a) mudanças inesperadas nas cestas de produto importadas, decorrentes de mudanças nas preferências dos consumidores ou de evoluções tecnológicas; e
- b) mudanças significativas nas estratégias comerciais de fornecimento do produto ao mercado brasileiro.

Art. 4º Na análise acerca da provável evolução futura das importações do produto objeto do direito antidumping, poderão ser levados em consideração os dados de importações brasileiras referentes a período posterior ao período de investigação de continuação ou retomada do dano da revisão de final de período.

### CAPÍTULO III DA RETOMADA DA COBRANÇA

Art. 5º A Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público recomendará a retomada imediata da cobrança do direito antidumping suspenso mediante análise que conclua pelo aumento das importações em volume que possa levar à retomada do dano.

§1º Para que a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público realize a avaliação à que se refere o caput, a parte interessada deverá apresentar petição de retomada da cobrança do direito antidumping suspenso contendo dados a respeito da evolução das importações brasileiras da origem para a qual a cobrança foi suspensa nos períodos subsequentes à suspensão do direito, além das justificativas pelas quais entende que os dados justificam a retomada da cobrança.

§2º A petição de retomada da cobrança do direito antidumping suspenso deverá conter dados de importação relativos a todo o período já transcorrido desde a data da publicação da prorrogação do direito com a imediata suspensão de sua aplicação, contemplando, no mínimo, um período de seis meses, de forma a constituir um período razoável para a análise de sua evolução.

§3º A Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público poderá considerar nesta análise, entre outros indicadores:

- I - a tendência, a consistência e a intensidade da evolução das importações;
- II - a representatividade do volume importado em relação ao mercado brasileiro apurado na revisão de final de período e projetado para os anos seguintes;
- III - a comparação entre a representatividade mencionada no inciso II e a participação de mercado que a origem para a qual a cobrança foi suspensa, isolada ou conjuntamente com as demais sujeitas à medida, possuía quando causou dano à indústria doméstica.

§4º Caso a petição de retomada da cobrança do direito antidumping suspenso seja indeferida com base em determinação negativa quanto ao aumento das importações em volume que possa levar à retomada

do dano, nova petição de retomada da cobrança do mesmo direito antidumping suspenso somente será analisada se protocolada contemplando dados de, no mínimo, um período de três meses adicionais.

Art. 6º A petição de retomada da cobrança do direito antidumping suspenso deverá ser protocolada nos autos da revisão de final de período, no Sistema DECOM Digital, regulamentado pela Portaria SECEX nº 30, de 7 de junho de 2018.

Art. 7º A cobrança do direito antidumping permanecerá suspensa até a sua eventual retomada nos termos do art. 5º ou até o fim da vigência do direito antidumping correspondente.

### CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º A suspensão da aplicação de direito antidumping durante toda a sua vigência sem a retomada de sua cobrança consistirá em fator preponderante na análise de eventual petição de início de revisão de final de período relacionada a esse direito.

Art. 9º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

LUCAS PEDREIRA DO COUTO FERRAZ